

UMA VISÃO SOBRE O MODELO DE INTERVENÇÃO ESTATAL E A PASSAGEM PARA O NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA

Área temática 4: História Econômica

María Lorena Allende García

Instituto de Economía y Administración – IDEA

Universidad Nacional de La Rioja – UNLaR - Argentina

allendelorena@unlar.edu.ar

Resumo

Este trabalho consiste numa revisão histórica relacionada com os dois modelos econômicos experimentados na Argentina no século XX: o modelo da forte intervenção estatal a partir de 1930 e o modelo de lineamento neoliberal, a partir da Reforma do Estado em 1990. Ou seja, se pretende explicar como se desenvolveu o primeiro modelo e a sua passagem ou transição para o segundo, tendo em conta que ambos apresentam como tema diferenciador a intervenção ou participação do Estado na esfera econômica. Neste sentido, o objetivo do mesmo é identificar os principais fatores que fizeram possível essa mudança de modelo. Para tal fim, recorreu-se à pesquisa documental, legislativa e discursiva, ademais da bibliografia especializada sobre o assunto. Os resultados apontam para um diagnóstico de “Estado quebrado” e da coexistência de fatores econômicos, ideológicos e políticos como pontos-chave para explicar a adoção pelo segundo modelo.

Palavras-chave: intervenção estatal; reformas do Estado; políticas neoliberais.

Abstract

This paper explains the historical review related to two economic models experienced in Argentina in the twentieth century: the model of strong state intervention since 1930 and the neoliberal model from the State Reform in 1990. The aim is to explain how they unwrapped the first model and its passage or transition to the second, taking into account that both showed distinctive theme, the intervention or participation state in the economic sphere. That way, the objective is to identify the main factors that made possible this change of model. Finally, it resorted to desk research, legislative and discursive, besides the specialized literature on the subject. The results point to a diagnosis of “broken State” and the coexistence of economic, ideological and political as key element to explain the adoption of the second model.

Key words: State intervention, State Reform, Neoliberal Policies

Introdução

A aparição de políticas neoliberais na América Latina pode ser identificada rapidamente com as políticas econômicas aplicadas nas últimas décadas do século XX. No caso da Argentina, as primeiras medidas que foram ao encontro dos ideais liberais surgiram em meados da década de 1970 dentro do Governo Militar; entretanto, os fundamentos da sua maior expressão foram alcançados a partir de 1990 durante o governo democrático de Carlos Menem. A extrema minimização do Estado sobre a economia, a liberalização e flexibilização de diversos mercados, e a mais ampla política de privatização de empresas estatais poderiam ser apontadas como as principais características que resumem as mudanças implementadas a partir de 1990 e que definiram o novo modelo econômico.

Grosso modo, o modelo regente desde 1930 foi caracterizado pela presença ativa, produtiva e empresarial do Estado na economia, intervindo e dinamizando atividades fundamentais para o desenvolvimento econômico, assim como a produção de forma direta dos bens e serviços para a sociedade. Paralelamente, estas mudanças foram reestruturando o setor público na sua esfera administrativa e organizacional, e fortalecendo a figura do Estado como principal ator no campo econômico.

Uma resenha desses modelos torna-se importante por vários motivos: (i) por dar a conhecer de forma resumida o desenvolvimento particular deles; (ii) por apresentar ambos os modelos elementos de continuidade e, ao mesmo tempo, rupturas entre eles; (iii) por trazer à luz questões já amplamente debatidas de qual seria o papel do Estado na economia e; (iv) por tratar-se ainda de um tema vigente, já que o atual governo de Cristina Fernandez e o imediato anterior de Nestor Kirchner parecem ter voltado para uma ideologia mais nacionalista, retomando uma presença mais ativa do Estado nas decisões econômicas e enfatizando os aspectos mais negativos do neoliberalismo adotado nos anos de 1990.

O objetivo do artigo é, portanto, explicar como se desenvolveram os dois modelos econômicos que tiveram, como eixo diferenciador, uma contrária concepção do Estado enquanto a sua intervenção ou participação no campo econômico para assim, poder identificar as causas que fizeram possível essa mudança de modelo. Parte-se da hipótese que vários fatores contribuíram para a implementação de reformas estruturais, incluindo uma profunda reforma do Estado no início do governo Menem.

Assim sendo, independentemente da introdução, o trabalho é dividido em seis seções. A primeira sessão traz à luz as décadas de crescimento e expansão do Estado em um contexto de Industrialização por Substituição de Importações, passando pela maturidade do modelo, para logo embarcar-se em uma fase de declínio e esgotamento. A segunda sessão trata do surgimento do novo pensamento econômico que começa a instaurar-se a partir de década de 1970-1980. A terceira expõe as razões ideológicas para a adoção da reforma do Estado Argentino em 1990, sendo complementada com a quarta seção, onde se constata a profunda crise econômica financeira nacional. Já na quinta sessão, são colocadas as principais políticas neoliberais adotadas no início do governo Menem e finalmente, na sexta sessão, os comentários finais.

1 A expansão e o declínio do Intervencionismo Estatal

Na história argentina do século XX, pode-se associar a expansão dos poderes e do tamanho do Estado com o processo de Industrialização baseado na Substituição de Importações (daqui a diante ISI). Este processo, que se iniciou com a eclosão da Grande Depressão, repercutiu de forma especial no país em função das características próprias de modelo agro-exportador mantido até então, assim como também marcou o esgotamento do período de grande crescimento ocorrido entre 1880 e 1930 denominado de *Belle Époque* (LENZ, 2004). Como consequência da crise mundial, a Argentina começou a procurar um modelo econômico alternativo para recuperar seus patamares de crescimento. Inicialmente, o Estado priorizou a recomposição geral da economia, o restabelecimento do balanço de pagamentos e a proteção dos interesses dos grandes proprietários agrários, mas com o decorrer dos primeiros anos, estas proteções foram ampliadas para os novos empresários industriais que emergiram como produtores substitutos das importações. Entretanto, as intervenções estatais e as medidas tendentes a promover a industrialização não parecem ter sido para os governantes da década de 1930, produto de uma consciência industrializante, embora tenham contribuído para a formação de um pensamento pró-industrializante. Ainda pensava-se que o desenvolvimento da indústria era uma alternativa válida até que os condicionantes internacionais permitissem retomar ao modelo anterior de agro-exportador.

No entanto, esse pensamento começou ser mudado a partir de 1946 com o Presidente Perón¹ que pertencia a um grupo de estirpe de governantes latino-americanos que se convencionou chamar de populistas. Era identificado com uma ideologia mais nacionalista e protecionista, que se materializava através de um Estado mais intervencionista, sendo que a necessidade de uma maior equidade social era também reforçada nas ações e nos discursos. Nesse contexto, o Keynesianismo começou a ser o pensamento econômico que predominava na época sendo que, na América Latina, os governantes começaram a apostar pelo avanço e engrandecimento do Estado como chave para superar definitivamente a dependência internacional.

Este novo pensamento latino-americano, no qual primava a questão nacional-desenvolvimentista, era acompanhado pela nascente escola da CEPAL. Seu referente Raúl Prebisch partia da crítica à teoria clássica da divisão internacional do trabalho, questionando a hipótese de que os frutos do progresso técnico beneficiavam universalmente a todos. Ele visualizava a existência de um desequilíbrio comercial entre ambos os blocos de países sempre prejudiciais aos periféricos. Estes sofriam do declínio secular nos seus termos de intercâmbio, o que acabava despojando-os da repartição dos benefícios do progresso e os sucumbindo a baixas taxas de produtividade e de poupança. Evocando a noção de justiça, Prebisch propôs medidas pró-industrializantes para as periferias como um meio de superar o desequilíbrio que as abatia, e que se tornava viciosamente em uma restrição ao crescimento e à elevação dos padrões de vida. Assim, mediante a produção de artigos que antes importavam e políticas de proteção às indústrias nascentes, a solução recaía sobre os “Estados Nacionais” para realizarem mudanças estruturais, encaminhando-os à industrialização substitutiva de importações.

Na literatura argentina existe um amplo consenso em identificar o período que abrange as maiores nacionalizações e ampliações dos poderes do Estado com as políticas adotadas durante o governo do partido Justicialista de Perón (1946-1955). Todas elas, em conjunto, constituem o que pode ser chamado de “contraponto das reformas iniciadas na década de 1990”, no sentido de que, assim como as políticas adotadas nos anos 1940-1950 eram vistas pelo Estado e pela sociedade como o único instrumento para solucionar os problemas econômicos da época (déficits fiscais, desequilíbrios no balanço de pagamentos e falta de

¹ Juan Domingo Perón assume constitucionalmente a Presidência em 1946, conclui seu mandato em 1952 e é reeleito no mesmo ano. Renuncia ao cargo em 1955 diante de uma organização militar prestes a dar um golpe de estado. Em 1973 é presidente por terceira vez, falecendo em julho de 1974.

investimentos privados), da mesma forma, porém invertida, as reformas da década de 1990 eram consideradas a solução para os problemas da época (inflação, crise externa, ineficiência e improdutividade estatal).

Muito do que hoje se conhece como política econômica Peronista, na realidade está circunscrita a questões-chave que integraram seu Primeiro Plano Quinquenal (1947-1951): industrialização, nacionalização, estatização, intervenção comercial externa e pleno emprego. Estas questões encontravam-se apoiadas por um conjunto de fatores e medidas que contribuíram, com grande êxito, à dinâmica da expansão inicial do governo. Primava também uma visão corporativista, no que tange à relação entre a sociedade e o Estado e manifestava-se nos esforços por substituir a velha visão classista de luta de classes por harmonia de classes. Instalava-se, portanto, a questão da participação política dos sindicatos e da aliança entre obreiros e empresários, ou seja, a união entre trabalho e capital, considerada como chave para o progresso econômico-social².

Justamente nesse período, se experimentam as maiores intervenções estatais, passando o Governo a atuar diretamente no processo de substituição de importações. Continuou-se com o uso de instrumentos indiretos que favoreciam e protegiam as produções nacionais (como controles de câmbios, licenças prévias, proibições para importar e financiamentos preferenciais para projetos industriais), mas também começou a crescer, significativamente, a estrutura institucional pública e a produção estatal direta.

Vários argumentos defendiam a decisão de o Estado dirigir o crescimento da economia mediante o esforço da industrialização e o fornecimento da infra-estrutura física e financeira. Por um lado, entendia-se que estavam dadas as condições para o Estado expandir a economia de Pós-Guerra e desenvolver setores estratégicos. Por outro lado, prevalecia a idéia de que as indústrias e os serviços públicos possuíam um efeito de incentivo sobre as demais atividades econômicas, portanto, correspondia ao Estado liderar tal provisão. Também se justificava na ausência de iniciativa privada para financiar grandes empreendimentos, seja pelo insuficiente mercado de capitais privado, pela aversão ao risco associado aos investimentos, ou pelo prolongado período de recupero dos investimentos. Assim, o Estado foi tornando-se único ator econômico com capacidade financeira suficiente e horizonte temporal adequado para

² A importância da classe trabalhadora era associada a um aumento no bem-estar popular, e não Estatal. Esta política formava parte de uma estratégia de contar com o apoio dos trabalhadores, por meio dos sindicatos, para potencializar o governo Perón. A conquista de grêmios tornou-se uma habilidade, e os benefícios para estes, eram maiores ainda, se aderidos à *Confederación General de Trabajo*.

dirigir o novo modelo de desenvolvimento. Dessa forma, a primeira etapa peronista associou-se a um modelo econômico estatista, orientado ao consumo interno e restringindo o ingresso de capitais estrangeiros, com um aumento do gasto público que acompanhava o avanço do Estado.

O segundo Plano Quinquenal do governo Perón (1953-1958) considerava como questões-chave a produtividade industrial e os investimentos em indústrias básicas como o petróleo, a metalúrgica e a infra-estrutura. Porém, reconhecia-se pela primeira vez no Peronismo, a necessidade de contar com o apoio de capitais estrangeiros. Para tal fim, em 1953 sancionou-se uma lei para atrair importantes fundos, que se destinaram para modernizar o setor agrícola e as indústrias elétricas em geral. No entanto, os diversos ramos industriais cresceram com diferentes intensidades, e, em alguns casos, não alcançaram as escalas mínimas para produzirem com eficiência. Inclusive, houve indústrias que substituíram importações, mas as poupanças de divisas conseguidas por estas, tornavam-se insuficiente frente às demandas de outras indústrias que ainda precisavam de bens intermediários e de capital do exterior.

1.1 A maturidade do Modelo de ISI

Durante o governo de Frondizi (1958-1962), os objetivos estratégicos foram de auto-abastecimento industrial, tal vez, motivados pelas novas teorias desenvolvimentistas que vigoravam na época (Rosenstein-Rodan, Myrdal, Nurske, Gerschenkron). Uma das hipóteses era que os países pobres poupavam uma proporção menor de sua renda que os países ricos, portanto, seus investimentos eram menores e obtinham um crescimento lento que os condenava à pobreza. Assim, para desenvolver estes países que enfrentavam sérios problemas de poupança e investimento como a Argentina, a idéia principal consistia em dar um forte impulso em investimentos de infra-estrutura e indústrias básicas para superar o ambiente de pobreza. Ademais, esse impulso devia ser decisivo e simultâneo para quebrar as com as expectativas pessimistas que caracterizava esse ambiente. O fato de o Brasil ter adotado este tipo de políticas com Juscelino Kubitschek (1956-1961) pode ter reforçado a decisão argentina de encarar medidas semelhantes.

A proposta era, portanto, a expansão vertical de indústrias através do acoplamento das atividades de produção, insumos e bens de capital aos setores já existentes. Assim, a equação estratégica a considerar era Petróleo + Carnes = Aço + Química. Esta representava a idéia de que exportando mais carne e substituindo as importações petroleiras com produções nacionais, se conseguiriam as divisas suficientes para potenciar as indústrias químicas e de aço. Porém, diante da falta de poupança nacional, o Estado decidiu pelo ingresso massivo de capitais estrangeiros ampliando a anterior lei sancionada por Perón. O desenvolvimento nacional para Frondizi independia das suas formas de financiamento e a nova legislação oferecia amplas concessões. Ingressaram assim, importantes fundos na forma de investimentos diretos e de empréstimos públicos e privados, obtendo uma rápida penetração nos setores com demandas insatisfeitas.

Se no peronismo o *boom* da economia esteve baseado no consumo, neste período o impulso advinha do investimento. O governo Frondizi era partidário de um setor público menos envolvido na produção direta de bens e serviços, mas ao mesmo tempo, não se apresentava de todo liberal. O Estado perseguia a idéia de manter o controle dos setores produtivos e desempenhar um papel de instrutor, guiando e dirigindo o crescimento econômico, assim como potenciando certas indústrias mais do que outras. Apesar da concepção mais reducionista com relação ao tamanho do Estado, foram poucas as diminuições de atividades estatais na economia. Posteriormente evidenciou-se uma combinação de forças privadas e estatais a favor do desenvolvimento nacional.

O período de crescimento econômico, consolidação e maturidade do modelo ISI coincidiu com o governo do General Onganía (1966-1970). Na realidade, esta tendência já tinha iniciado uns anos atrás e se prolongou até os primeiros anos de 1970, conjuntamente com o fenômeno expansivo mundial. Graças aos abundantes investimentos realizados com Frondizi, a substituição de importações tinha alcançado praticamente todos os setores industriais, embora subsistissem indústrias capital-intensivas com demandas não satisfeitas internamente de maquinários e equipamentos.

Industrialmente, a década de 1963 a 1973 foi alentadora. O crescimento do setor aumentou significativamente, o que explica, em grande parte, o aumento do PIB nesses anos. Entre 1965 e 1969 a taxa de crescimento quinquenal foi de 34%, as exportações chegaram a 7,5 bilhões de dólares e as importações a 6,2 bilhões de dólares. Esta explosão positiva na indústria foi responsável por uma massiva geração de empregos e aumentos salariais,

melhorando de forma considerável a participação dos assalariados na renda nacional. Da mesma forma, a produção agrícola foi explosiva graças à modernização do campo, destacaram-se nas produções de trigo, milho, soia, sorgo e girassol.

Em geral, pode se dizer que na década de 1960, a Argentina experimentou anos de crescimento econômico, em um contexto de economia mundial em expansão e aumento do comércio global. O início dos anos 1970 foi o final dos “anos de ouro” da economia mundial e para a Argentina significou a possibilidade de exportar produtos manufatureiros, que contribuiu de forma positiva, ao controle transitório da restrição externa. Com tudo, este otimismo começou a arrefecer-se em meados de 1970, quando o pensamento keynesiano e o crescimento econômico impulsionado pelo Estado passaram a ser questionados e algumas conseqüências negativas começaram a manifestar-se na Argentina.

O declínio do Intervencionismo Estatal e do Modelo de ISI

O terceiro mandato peronista (1973-1976) foi o último governo em aplicar medidas expansivas de forma truncada. Com Maria Estela Martinez de Perón no poder, a economia argentina foi dominada pela alta inflação, constantes crises no setor externo, falta de capacidade e determinação para governar e várias revoltas sociais em reação às diversas medidas econômicas adotadas. Diante dessa situação, o governo foi deposto em março de 1976 por uma junta militar que nomeou como novo presidente ao General Rafael Videla. A partir de então, mudanças políticas, econômicas e sociais marcaram um ponto de inflexão no modelo econômico desenvolvimentista, quebrando a sua trajetória e significando o início de sua fase final.

Existe um consenso na literatura em considerar, as medidas adotadas no governo de Videla (1976-1981), como o ponto de partida para explicar a reforma do Estado Argentino de 1990. O fundamento ideológico das mudanças identifica-se com a concepção ortodoxa do liberalismo econômico e nesse período se evidenciam claras tentativas em abandonar o modelo de intervencionismo estatal emergido por volta de 1945. A nova ideologia baseou-se, portanto, em objetivos anti-estatistas. Redesenhou-se um novo papel para o Estado com menos mecanismos de regulação e empresas estatais preconizando-se, ademais, a abertura da economia, a liberalização do sistema financeiro, a eliminação dos privilégios fiscais

favoráveis à industrialização, a promoção do crescimento econômico, a estabilização de preços e a recuperação da eficiência nas empresas públicas. Também se ordenou o sistema político, eliminando-se as forças políticas nascidas do modelo de intervenção durante o Peronismo; quer dizer, os sindicatos e as organizações corporativas foram extintos por ter adquirido uma forte presença e poder de influência sobre a política e a sociedade.

Grosso modo, entre as medidas mais importantes destacam-se:

- A abertura da economia, mediante políticas tendentes a tornar os preços “sinceros”, ou seja, que expressem os valores reais da época. Esta política econômica perseguia, ao mesmo tempo, disciplinar a sociedade já que o mercado passaria a regular as condutas dos agentes econômicos e desapareceriam os oligopólios estatais e a fixação arbitrária de preços nos mercados de bens e serviços. Logo, continuou-se com políticas anti-inflacionárias, mas que acabaram gerando uma forte apreciação cambial e um aumento considerável da inflação.
- A reforma financeira, liberalizando as taxas de juros, outorgando garantias nos depósitos e eliminando as restrições para a abertura de novas entidades financeiras. O resultado foi uma expansão vertiginosa dos depósitos, mas também o início de um processo de endividamento externo causado pela remissão dos ganhos de juros para o exterior, assim como também a aparição de práticas bancárias desleais, auto-empréstimos e créditos a empresas de duvidosa capacidade financeira, o que acabou colocando o sistema financeiro em risco.
- A mudança do setor industrial, tentando traspasar para o setor privado a responsabilidade que o Estado tinha assumido no seu desenvolvimento. Em consequência, adotaram-se medidas para mudar a estrutura do setor, mas o principal resultado foi a queda de produção.
- A privatização de empresas estatais, mas que versaram sobre empresas com baixa importância relativa dentro do setor público ou sobre atividades que não constituíam o objeto principal da empresa, por tanto, foram privatizações periféricas.

Enfim, a principal consequência das medidas adotadas durante o período militar foi a severa desarticulação no sistema econômico, gerando um processo inflacionário e criando novos mecanismos que desenvolveram processos de alta valorização financeira, endividamento externo e fuga de capitais. Como contrapartida houve desindustrialização, queda de salários reais e expulsão de mão de obra no mercado de trabalho, ocasionando uma distribuição regressiva da renda. Além disso, no meio do processo de reestruturação

regressiva da indústria e de financeirização da economia, emergiu um reduzido número de grupos econômicos locais e conglomerados estrangeiros que foram concentrando porções crescentes da renda nacional, em detrimento das participações correspondente aos assalariados (ABELES, FORCINITO, SCHORR, 2001).

Com a volta da democracia da mão de Raúl Alfonsín em 1983, priorizaram-se objetivos mais focados no plano político que no plano econômico inclusive, pelas conseqüências do conflito bélico contraído nas Ilhas Malvinas. No entanto, medidas econômicas foram executadas principalmente com relação à inflação, mas com efeitos positivos no curto prazo. Acontecia que a inflação apresentava uma parte de inercial que resultava da projeção das expectativas inflacionárias dos diferentes agentes econômicos. Isto resultou em um aumento persistente dos preços que alcançou, em 1989, o maior índice registrado na história: uma inflação anual de 4.900%.

Por volta de 1985, os organismos financeiros internacionais, já começaram a pressionar para um ajuste fiscal generalizado incluindo uma redução definitiva do Estado. Foi a partir de então, que o governo reconhece os efeitos negativos do “*capitalismo asistido*” ou do Estado produtor, mediante a evidente ineficiência das empresas de serviços públicos e das distorções geradas pelos subsídios industriais, isenções impositivas em determinadas atividades e empréstimos bancários a taxas subsidiárias. Em 1987, o gasto do Estado representava 43% do gasto público total, o equivalente a 6,6% do PIB, que, somado à média do déficit das empresas públicas no período 1980-1986, totalizava quase 10% do PIB. Entretanto, diante da impossibilidade do Estado continuar cumprindo com os compromissos de dívida externa, declarou-se em *default* e suspendeu o pagamento da dívida externa a partir de abril de 1988. Esta situação acabou detonando a confiança dos organismos internacionais e afetando os interesses dos diferentes grupos protegidos e beneficiados pelo Estado.

A chamada “*década perdida de 1980*” concluiu com altos déficits fiscais, persistentes crises inflacionárias, falta de financiamento e investimento e uma preocupante situação do setor externo. Diante da falta de consenso político para as reformas e a instabilidade econômica e social, houve desespero e pouca credibilidade por parte da população quanto à capacidade da equipe econômica de estabilizar a economia. Esta situação levou à renúncia presidencial e à transferência dessa responsabilidade nacional para o novo presidente empossado em julho de 1989: Carlos Saúl Menem.

2 A virada do pensamento econômico

Por volta dos anos 1970-1980, a crise econômica mundial trouxe mudanças nos padrões de comportamento internacional que deu razões para que políticos, economistas e empresários em geral, começassem a questionar o modo de desenvolvimento seguido até então. Evidenciavam-se quedas de crescimento, altos índices inflacionários, aumento dos gastos públicos, desemprego e dívidas públicas crescentes. O abandono do sistema monetário de *Bretton Woods* instaurado no pós-Guerra e a primeira crise do petróleo em 1973 contribuíram para desestabilizar as economias mundiais e a maioria dos países entrou em recessão, desta vez, acompanhada por altas taxas de inflação (estagflação). A crise mundial constituiu-se, portanto, no pontapé inicial para uma fase de revisão de conceitos de teoria econômica.

Nesta fase, o consenso econômico amplamente aceitado e regente durante as últimas décadas passou a ser questionado diante da falta de resolução dos problemas. As políticas keynesianas e o conceito do *Welfare-State* enfraqueceram-se dentro do pensamento econômico, até serem finalmente substituídos como princípios regentes da economia. Os questionamentos que giravam em torno ao keynesianismo, versavam sobre a ênfase dos governos em aplicar políticas expansivas com o fim de atingir os patamares de produção e emprego necessários para o crescimento econômico.

Neste contexto de revisão econômica, adquiriram importância os aportes de Friedrich Hayek e de Milton Friedman, que, retomando os ideais liberais, formularam respostas à queda da produção e ao aumento da inflação. Ambos os autores defendiam a idéia de uma economia de livre mercado como o meio para retomar o crescimento econômico e o progresso social. Por um lado, Hayek, questionava o fato de o Estado estar criando menos liberdade para a sociedade através das suas políticas intervencionistas sustentadas em teorias coletivistas e na defesa da justiça social. O autor era partidário da idéia de o livre mercado comandar a economia e não o Estado, já que este perseguia um objetivo único, planejado e consciente não muito representativo das diversas necessidades e interesses da sociedade. Por sua parte, Friedman, propunha aos governos nacionais a adoção de uma disciplina monetária e uma redução dos poderes e do tamanho do Estado. Mediante o primeiro se conseguiria frear a inflação que os próprios estados, através dos seus bancos centrais, estavam gerando com suas políticas expansivas; mediante o segundo, buscava-se libertar a economia da forte regulação estatal, através da redução de tributos, de privatizações de empresas públicas e do afastamento do Estado na determinação dos preços, passando estes a serem determinados no mercado

(FRIEDMAN, 1977). Tanto para Hayek quanto para Friedman a política devia deixar a sociedade fazer uso das operações de mercado, realçando os diversos interesses desta e não os do Estado.

Assim, desde meados dos anos 1970, o abandono da crescente estatização e a maior consideração dos conceitos monetários vão se impondo como uma nova doutrina econômica. A Inglaterra, os Estados Unidos, e dentro do cone sul, o Chile, foram os primeiros países em iniciar a valorização e o resgate dos ideais liberais diante da aparente incapacidade dos governos de aplicar políticas econômicas com sucesso. A Argentina também foi atraída pelo auge do novo consenso durante o mandato do presidente Videla. Já no final da década de 1980, e potenciado, talvez, pela queda do socialismo no leste europeu, os argumentos liberais materializaram-se em claras propostas de política econômica para superar a crise e o subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Neste sentido, John Williamson nos Estados Unidos, esquematizou em 1989, uma agenda concreta de políticas econômicas que ficou conhecida como o Consenso de Washington. Agrupadas em duas áreas, esta agenda indicava as reformas neoliberais necessárias para América Latina recuperar e acelerar seu crescimento econômico.

A primeira área tratava de: (i) adotar uma disciplina fiscal, reduzindo os déficits fiscais mediante reduções no gasto público; (ii) priorizar o gasto público, concentrando-se em áreas sociais, de educação, de saúde e de investimento, eliminando subsídios e subvenções estatais; (iii) reformar o sistema tributário, melhorando a arrecadação impositiva mediante a ampliação e generalização das bases imponíveis e redução dos mínimos não imponíveis dos impostos; (iv) liberalizar as taxas de juros ao mercado na busca de taxas reais positivas para atrair capitais e incentivar a poupança; (v) estabelecer taxas de câmbio competitivas, para incentivar as exportações e contribuir à melhora da conta corrente.

A segunda área incluía as seguintes condições: (vi) abrir comercialmente a economia, eliminando barreiras impositivas de importação e exportação dentro de um processo de liberalização econômica orientada ao setor externo; (vii) libertar o ingresso de investimento direto estrangeiro, de forma de contribuir ao desenvolvimento tecnológico, de capacitação e de *know-how* nas produções com destino no mercado interno e externo; (viii) privatizar empresas públicas com miras a aumentar a iniciativa privada e recuperar a eficiência das empresas; (ix) desregulamentar a economia, com vistas a promover a concorrência nos

diversos mercados de bens e serviços, assim como nos mercados de trabalho e financeiro; (xi) impulsionar instituições que assegurem direitos de propriedade.

Em suma, as políticas econômicas recomendadas pelo Consenso de Washington apontavam para um capitalismo de livre mercado, políticas macroeconômicas “prudentes”, e uma orientação da economia ao setor externo. No entanto, associou-se o pensamento neoliberal a esta agenda de reformas, e muitos países da América Latina passaram a adotar, de forma mais ou menos acentuada, este novo receituário econômico. Nesta concepção, associou-se o modelo de ISI a um processo ineficiente na alocação dos recursos, e vinculou-se a intervenção do Estado na economia à origem dos desequilíbrios macroeconômicos. Estes desequilíbrios eram diagnosticados de estruturais e, portanto, a solução recairia sobre políticas de longo prazo e não, simplesmente, sobre medidas conjunturais como as que vinham sendo aplicadas. Finalmente, abandonando os argumentos que sustentaram por décadas a forte intervenção estatal, a maioria dos governos começou a defender a idéia de Estado mínimo e da alocação de recursos via mercado. Assim, mediante reformas estruturais, lograr-se-ia reverter a orientação estatista, modificar os padrões de desenvolvimento e recuperar o crescimento econômico.

3 A nova ideologia como pano de fundo para a Reforma do Estado Argentino

Ao iniciar o mandato de Menem em 1989, o governo questionava fortemente o intervencionismo estatal e exaltava a necessidade de empreender uma “Transformação Nacional” baseada em uma “verdadeira” reforma do Estado. Sobre o modelo de desenvolvimento mantido nas últimas décadas, o ministro de Obras e Serviços Públicos e principal redator das leis de reformas José Roberto Dromi, explicava que:

La orientación *intervencionista*, sobre todo en lo económico, seguida por gobiernos democráticos y autocráticos, fundamentalmente después de 1930, generó un crecimiento de la dimensión *operativa y administrativa del Estado*. El intervencionismo provocó un crecimiento desproporcionado del Estado, tanto *cuantitativa* como *cualitativamente*; cada vez más empresas públicas y cada vez más cometidos públicos (DROMI, 1991, p. 33, grifo do autor).

Por sua parte, a cúpula presidencial enfatizava a constante preocupação de todos os governos anteriores com o crescimento do déficit fiscal e da inflação. Em maior ou menor medida, cada um deles tinha implementado planos de austeridade, de restrição ou de racionalização que eram sempre as mesmas (congelamento de cargos, demissões, aposentadorias antecipadas, transferências, programas de privatização, desestatização, dentre outros). Estas não eram diagnosticadas de erradas, mas descontínuas ou isoladas, dado que eram reformas administrativas conjunturais.

Com forte pressão para a mudança, a “Transformação Nacional” passou a ser o novo ideário político argentino fundado na reforma do Estado. Este ficou plasmado em várias oportunidades, como por exemplo, na Plataforma eleitoral de 1989, ao enfatizar a reforma do Estado como democratização do poder e como uma necessidade para definir novamente a linha divisória entre o público e o privado:

Resentida la capacidad del Estado como actor central del proceso de acumulación de capital, corresponde impulsar un nuevo proceso que defina con precisión qué servicios y qué áreas geográficas deberán ser cubiertas por la actividad de las empresas públicas y qué servicios pueden ser cumplidos con eficiencia por la actividad privada [...]. Se definirá el rol del Estado para descomprimir al sector público de actividades y funciones que no hacen a su accionar esencial y fortalecer al mismo tiempo sus finalidades sociales (PLATAFORMA ELEITORAL, 1989 *apud* MENEM, 1992, p. 432).

Por sua parte, o senador nacional Eduardo Menem, trazia à luz o pensamento de Perón de 1954, cuja idéia de intervenção do Estado não devia ser entendida como uma verdade dogmática, senão exatamente o contrário: como uma definição contingente e relacionada com as circunstâncias históricas em que cada momento se vive (MENEM, 1992). Neste sentido, o novo presidente, também se valia do pensamento de Perón para atualizar e aplicar essa ideologia à realidade de 1990:

Por eso la necesidad de la Reforma del Estado. El Estado exige imperiosa y definitivamente una transformación integral y estructural, que deberá reajustarse cuantas veces sea necesario, en la medida en que el proceso de cambio así lo requiera. Lo permanente es la filosofía que inspira la transformación porque fue votada por el pueblo argentino (PERÓN, 1974 *apud* MENEM; DROMI, 1997, p. 36).

Portanto, avaliava-se o novo projeto de reforma como fundamental, já que introduzia mudanças profundas na estrutura e no funcionamento do Estado com o fim de enfrentar, de forma frontal, as deficiências estruturais. A “Transformação Nacional” explicava-se por meio da estreita relação entre um estado de emergência e uma reforma do Estado. Esta última se justificava e era conseqüência da primeira.

Assim, o novo ideário político definia-se como uma decisão em benefício da Nação e da qual não se teria retorno. O Governo apresentava uma clara e firme decisão nesse sentido, ao mesmo tempo em que enfatizava que, sem essa transformação nacional e reforma do Estado não seria possível superar a grave crise por que atravessava o país. Ademais, afirmava-se que a reforma do Estado não seria um processo estático, abstrato nem a-histórico; ao contrário, seria um processo dinâmico, concreto e histórico, por meio do qual se transitaria por uma contínua atualização e transformação administrativa, conforme os requerimentos políticos, sociais e econômicos do país (DROMI, 1991).

Dessa forma, para poder levar adiante o conjunto de reformas estruturais, o presidente Menem assentou as bases do novo modelo econômico mediante a promulgação, praticamente sem oposição, de duas leis nacionais que dotaram ao governo de amplos poderes sobre o destino de patrimônio estatal: a lei nº 23.696/89 de Emergência Administrativa e Reestruturação do Estado e a lei nº 23.697/89 de Emergência Econômica³. Nelas se reconhecia e se fazia explícita a falência do Estado Nacional, declarando-se, ao mesmo tempo, o caráter emergencial das medidas que decorreriam delas. Ambas as leis alteraram novamente as relações entre o Estado e o setor privado e constituíram-se nos marcos legais para a execução da transformação estatal e a posterior abertura generalizada, desestatização e desregulação da economia. A transcendência de ambas as leis de reforma foi, portanto, maiúscula e significativa, uma vez que representou uma real mudança de estruturas entre o público e o privado e permitiu a aplicação do conjunto de reformas estruturais.

4 A constatação de uma profunda crise nacional

³ Enquanto a lei nº 23.696/89 outorgava poderes extraordinários ao Executivo para dispor da mais ampla política de privatizações, a lei nº 23.697/89 enfrentava a situação de crise financeira estatal, autorizando medidas imediatas e temporárias para reduzir o gasto público.

A nova ideologia governamental possuía, como uma de suas causas determinantes, a grave crise econômica e social que atravessava o país nesse momento. Entre 1989 e início de 1990, o quadro de acentuada instabilidade era marcado por um regime de hiperinflação e recessão, aprofundada por grandes déficits fiscais (Tabela 2). A crise generalizada refletia-se também no âmbito político e social, dificultando a tomada de decisões de política econômica rápida e eficientemente, gerando um círculo vicioso: quando menos resultados tinham as políticas, menos margem de manobra restava ao governo para aplicar novas medidas de estabilização e de combate à inflação. Resultava que o passado imediato tinha se orientado à aplicação de medidas de estabilização macroeconômica, mas que resultavam ineficazes, principalmente, para combater a inflação. Durante os primeiros meses do seu governo Menem, continuou-se com o contexto de alta instabilidade, caracterizado por apreciações da moeda, bolhas cambiárias, deterioro das contas fiscais e outro episódio hiper-inflacionário em 1990, embora se adotassem medidas de choque combater-la. Enquanto isso, a margem de ação política também se declinava rapidamente e a descrença popular com respeito à capacidade para resolver os problemas econômicos seguia em constante aumento.

Tabela 2: Principais Indicadores Macroeconômicos Argentinos (1987-1990)

Anos	PIB (% cresc.)	Inflação (IPC em %)	Balanço de Pagamentos			Liquidez		Dívida Externa		Déficit Fiscal (% do PIB)
			CTA. Cte.	Saldo Comercial	Var. Reservas	M1	M2	Total	% do PIB	
1987	1.6	131.3	-4236	541	-1106	5.2	18.2	58.324	64.5	6.7
1988	-2.8	342.9	-1572	3810	-1784	3.3	15.4	56.303	63.8	8.6
1989	-4.6	4924.0	-1305	5374	-1701	2.8	13.2	63.314	70.0	7.2
1990	-0.8	1343.9	-1750	8274	-2750	2.5	5.6	61.269	n.d.	4.9

Fonte: Damill e Keifman (1991)

Desse modo, Carlos Menem assume o poder em um contexto de urgências econômicas e políticas que reforçaram a prioridade de estabilizar a economia e consolidar a decisão de adotar políticas de reforma (Bouzas, 1993). Assim, o governo levou adiante, de forma convincente e determinante, reformas estruturais de clara orientação neoliberal. Diferentemente das medidas aplicadas pelo governo militar, as políticas adotadas a partir de 1990 deixaram definitivamente para trás o modelo intervencionista e estabeleceram um novo modelo que se caracterizou pela estabilidade monetária, crescimento econômico e liberalização de mercados, assim como também pela atuação de privados nas atividades econômicas e a transformação de um “Estado produtor” para um “Estado mais regulador”.

5 As políticas neoliberais no governo Menem

O lançamento de reformas estruturais caracterizou-se por ser uma combinação de políticas de estabilização e de reformas radicais, priorizando a desregulamentação do sistema econômico e o ajuste de contas públicas. Estas medidas, que se encaixavam nos lineamentos do Consenso de Washington, consistiram em: abertura comercial da economia, privatizações de empresas públicas, reforma monetária, desregulação de mercado financeiro, ingresso massivo de capitais estrangeiros, liberalização de diversos mercados de bens e serviços, abandono de promoções industriais e flexibilização do mercado de trabalho.

O processo de reforma estrutural argentino incluiu três grandes áreas de política: 1) a reforma do regime comercial e cambiário; 2) a reforma do setor público; e, 3) a reforma do marco regulatório (ver Quadro 1). No entanto, a reforma do setor público foi o eixo das políticas de reforma, centrando-se na privatização de empresas públicas, no restabelecimento do equilíbrio fiscal, na redefinição da relação entre a administração central e as administrações provinciais, e na mudança da estrutura de financiamento do setor público.

Quadro 1: Principais Reformas Estruturais Argentinas (1985-1992)

Situação em meados dos oitenta	Situação em meados dos noventa
<i>Regime comercial e cambiário</i>	
1) Controle de câmbio.	1) Mercado livre de câmbio. Plena convertibilidade a partir de 1991.
2) Tarifas nominais altas (média de 32%).	2) Tarifas nominais baixas (média de 10%).
3) Elevada dispersão (mínimo de 0%, máximo de 55%).	3) Baixa dispersão (mínimo de 0%, máximo de 20%).
4) Proibições e restrições quantitativas à importação (52% das importações).	4) Todas as restrições quantitativas foram eliminadas à exceção das correspondentes ao regime automotor.
<i>Setor público</i>	
5) Déficit total alto (6% do PIB) e primário (1.3% do PIB).	5) Superávit total (0.6% do PIB) e primário (2.8% do PIB).
6) Estrutura impositiva regressiva. Baixa pressão fiscal (16.6% do PIB em 1987) por deficiente estrutura arrecadadora.	6) Estrutura impositiva regressiva. Aumento da pressão fiscal (24.1% do PIB em 1992) por ampliação da base impositiva e melhora na arrecadação.
7) Alto número de empresas públicas com posições monopólicas ou oligopolistas em diversos mercados.	7) Massivo programa de privatizações de empresas públicas.
<i>Atividade regulatória</i>	
8) Preços e salários controlados.	8) Preços livres. Indexação proibida. Negociação coletiva de salários com incrementos vinculados a aumentos da produtividade.
9) Taxas de juros reguladas. Controle na alocação de créditos.	9) Taxas de juros livres. Livre alocação de créditos por parte de instituições financeiras.
10) Controle do movimento internacional de capital.	10) Livre movimento de capitais.
11) Lei de contrato de trabalho suspensa. Ativa intervenção do setor público no mercado de trabalho.	11) Restabelecimento do contrato de trabalho. Aumentos de salários condicionados a aumentos de produtividade. Flexibilização das modalidades de contratação temporária.
12) Múltiplos regulamentos nos mercados de bens e	12) Desregulamentação de diversos mercados de bens e

serviços.	serviços (de produção e distribuição do gás, petróleo, produtos agrícolas e comércio exterior).
-----------	---

Fonte: Bouzas (1993)

Para Bambaci, Saront e Tommasi (2000), a experiência de reforma estrutural na Argentina foi radical e teve sucesso, se comparada com as demais experiências latino-americanas. No entanto, as reformas foram aplicando-se em etapas à medida que se avançava no tempo. Entre 1989 e 1991, e com o objetivo de satisfazer rapidamente as urgências financeiras, as prioridades ficaram em: (i) Privatizações; (ii) Reformas fiscais; e (iii) Liberalização comercial. Já, entre 1991 e 1995, desenvolveram-se as restantes reformas, contando para tal fim de um amplo apoio político e populacional. Entre elas, pode-se destacar:

- A reforma monetária mediante a sanção da lei de convertibilidade;
- A nova carta orgânica do Banco Central;
- Medidas fiscais orientadas a concentrar, simplificar e melhorar o sistema e a arrecadação impositiva;
- Um amplo programa de privatizações objetivando diminuir ao máximo o tamanho do Estado como produtor no econômico;
- A liberalização de diversos mercados de bens e serviços mediante a supressão de subsídios, controle de preços e benefícios;
- A flexibilização do mercado do trabalho, através de novas regras de contratação e de relação com os Convênios de Trabalho;
- A desregulação do sistema financeiro, eliminando restrições ao movimento de capitais, permitindo os depósitos em dólares e autorizando a instalação de entidades financeiras estrangeiras;
- A reforma do sistema previdenciário incluindo as administradoras privadas; e
- A reforma da Constituição Nacional, introduzindo importantes mudanças nos direitos e garantias dos cidadãos, no sistema político e organização dos poderes do Estado, e no sistema eleitoral⁴.

Esta segunda fase de reformas foi, portanto, caracterizada pela estabilidade monetária e expansão econômica, esta última tanto pelo consumo (por causa da estabilização da taxa de câmbio), quanto pelo investimento (graças ao ingresso massivo de capitais estrangeiros). Já a partir de 1995, houve uma desaceleração de medidas pró-reformas, que, se bem se devia ao

⁴ A nova Constituição possibilitou o exercício da reeleição presidencial, instaurou o sistema de votação direta e de segundo turno e reduziu o período de mandato presidencial de 6 para 4 anos.

fato de ter se logrado certa estabilidade econômica, também respondia a uma redução paulatina da legitimidade política com relação às reformas e ao surgimento de forças opositoras. No entanto, a partir da reeleição presidencial em 1995, levantaram-se argumentos a favor de uma segunda reforma do Estado ou de reformas de segunda geração, objetivando um ajuste fiscal e um novo redimensionamento do aparelho estatal.

Cabe salientar que o regime de convertibilidade adquiriu fundamental importância, uma vez que acabou definitivamente com uma série prolongada de crises inflacionárias que vinha desvirtuando os preços dos diferentes mercados, ao mesmo tempo em que significou um aumento de confiança internacional para investir no país a partir da estabilização da moeda. A lei nº 23.928/91 que lhe deu origem determinou que o tipo de câmbio nominal fosse fixado à evolução do dólar norte-americano⁵ e se proibia qualquer tipo de indexação, atualização ou revalorização de preços, tarifas, dívidas ou impostos. O Banco Central convertia-se no responsável de manter o nível de reservas, no mínimo, equivalente a 100% da base monetária. Assim mesmo, limitou-se a emissão monetária para financiar déficits fiscais.

Pode-se concluir, então, que após as medidas reformistas, a Argentina logrou controlar a inflação e recuperar o crescimento econômico (Tabela 3). Houve aumento de investimento, de exportações e controle do déficit fiscal, porém a custos de uma maior e crescente vulnerabilidade externa.

Tabela 3: Principais Indicadores Macroeconômicos na Argentina (1990-1999)

Indicadores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Inflação IPC (var.%)	2314	171.7	24.9	10.6	4.2	3.4	0.2	0.5	0.9	-1.2
IPC	188500	205283	223047	236505	250308	243186	256626	277441	288123	278369
Investimentos	23960	30264	39695	45069	51231	44528	48484	57047	60781	53116
Exportações	17057	15796	15622	16341	18840	23085	24850	27876	30838	30449
Importações	7194	11974	19913	22028	26682	24066	28284	35884	38904	34521
Cta. Cte.	1833	-2861	-8327	-8756	-11486	-3643	-6825	-12286	-14554	-11945
Déficit fiscal (%PIB)	-2.79	-0.90	-0.06	0.32	-0.03	-0.53	-1.93	-1.46	-1.36	-1.68

Fonte: Gerchunof e Llach (2005)

Na medida em que estas políticas foram transformando a estrutura econômica do país, também foram delineando um aumento considerável da dívida externa, principalmente, devido à alta participação de capitais estrangeiros a partir das privatizações de empresas públicas (ver Tabela 4). Além disso, e como consequência do regime de convertibilidade ter

⁵ Primeiramente, estabelecia-se a convertibilidade do austral com o dólar em A10.000=US\$1. Posteriormente, criou-se uma nova moeda de curso legal com uma paridade com relação ao austral de \$1=A10.000, e com relação ao dólar de \$1=US\$1. A nova moeda (o peso argentino) entrou em vigência em janeiro de 1992.

fixado a taxa de câmbio nominal e proibido o financiamento dos déficits mediante emissões monetárias, foi-se produzindo, ao longo da década de 1990, uma profunda revalorização da taxa de câmbio real. Assim, o ingresso de capitais externos, seja na forma de investimento direto ou na forma de endividamento, tomou um papel principal para financiar o déficit da conta corrente e para aumentar as reservas a fim de financiar o crescimento interno.

Tabela 4: Dívida do Setor Público Argentino (1991-1999)

Indicadores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Crescimento do PIB real (%)	10.5	10.3	6.3	5.8	-2.8	5.5	8.1	3.8	-3.4
Dívida do setor público (% do PIB)	34.8	28.3	30.6	33.7	36.7	39.1	37.7	40.9	47.6
Dívida externa (% do PIB)	34.5	27.7	30.5	33.3	38.4	40.6	42.7	47.5	51.2
Coefficiente do serviço de dívida (%)	33.6	27.5	30.9	25.2	30.2	39.4	50.0	57.6	75.4

Fonte: FMI(2004)

Estes resultados, no entanto, não foram contemplados oficialmente quando do início do governo. Defendia-se, naquele momento, a idéia de Transformação Nacional via reforma do Estado e as privatizações para restabelecer as contas públicas e desvincular o Estado das atividades produtivas. Em consequência, o deliberado ingresso de capitais estrangeiros por causa das privatizações, a ausência de limites para a remissão de dividendos ao exterior e as facilidades das empresas privatizadas para realizarem novos endividamentos foram, sem dúvida, fatores que jogaram um papel fundamental no crescente aumento da dívida externa durante a década de 1990 em um marco de convertibilidade da moeda local e liberalização comercial e financeira.

6 Comentários finais

A passagem do intervencionismo estatal para um Estado menos envolvido em atividades econômicas apresenta como ponto de ruptura a reforma do Estado em 1990. O enfraquecimento do modelo de ISI se evidencia quando, como consequência de diversas políticas adotadas, o país entra em recessão e em um processo de desindustrialização e endividamento externo, acompanhado de constantes desequilíbrios nas contas públicas e crises inflacionárias, gerando na sociedade falta de credibilidade com respeito à aplicação de políticas de sucesso. O colapso desse modelo, assim como a presença de um Estado produtor e empresário, criou um ambiente propício para aplicar as reformas estruturais de corte neoliberal.

A partir de então, o Estado passa a ser reduzido através de uma profunda reforma do Estado. Esta reforma foi possível, basicamente, por três fatores: (i) a constatação de uma grave crise econômica, financeira e social a resolver e a necessidade de adotar medidas de choque ou drásticas; (ii) uma mudança de ideologia que preconizava a liberdade dos interesses individuais e dos mercados, idéias antiestatistas e argumentos favoráveis à democratização da economia; e (iii) um amplo apoio político e populacional para o presidente Menem, conjuntamente com uma oposição enfraquecida.

Grosso modo, os fatores de natureza econômica associaram-se aos fatores ideológicos e políticos para explicar as opções e o desenrolar dos acontecimentos, sendo que inegavelmente, a crise do Estado e as dificuldades econômicas, financeiras e sociais direcionaram a reforma na procura de soluções no curto e médio prazo. Como resultado, logrou-se superar de forma rápida a crise que abatia a Argentina, recuperou-se o crescimento econômico durante boa parte da década de 1990 mesmo que se tenha aprofundado o processo de concentração de capital e outros custos econômicos e sociais associados.

Referências Bibliográficas

ABELES, M.; FORCINITO, K.; SCHORR, M. **El oligopolio telefónico argentino frente a la liberalización del mercado:** de la privatización de ENTel a la conformación de los grupos multimedia. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2001.

BAMBACI, J.; SARONT, T.; TOMMASI, M. La economía política de las reformas económicas en la Argentina. **Cuadernos de Economía**, Santiago, v. 37, n. 112, p. 495-536, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>.

BASUALDO, E. M. **Modo de acumulación y sistema político en la Argentina:** notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976-2001). Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2001.

BOUZAS, R. Más allá de la estabilización y la reforma?: un ensayo sobre la economía argentina a comienzos de los '90. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 33, n. 129, não paginado, 1993.

BUTLER, E. **A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

CANITROT, A. Teoría y práctica del liberalismo: política antiinflacionaria y apertura económica en la Argentina 1976-1981. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 21, n. 82, no paginado, 1981.

CAPLAN, N. Reformulando el rol del Estado: privatización y regulación. In: REUNIÓN ANUAL DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA POLÍTICA, 27., 1992, Buenos Aires. **Anales de la Asociación Argentina de Economía Política.** Buenos Aires: Universidad de San Andrés, 1992. v. 1, p. 411-435.

DAMILL, M.; KEIFMAN, S. **Liberalización del comercio en una economía de alta inflación:** Argentina 1989-1991. Buenos Aires, 1991. (Documento CEDES/72).

DROMI, J. R. **Reforma del estado y privatizaciones.** Buenos Aires, Astrea, 1991.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. **Informe sobre la evaluación del papel de FMI en Argentina 1991-2001.** Washington: Oficina de Evaluación Independiente, 2004.

FONSECA, P. C. As origens teóricas do pensamento da Cepal. In: POLETTTO, D. W. (Coord.). **50 anos do manifesto da Cepal.** Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 23-46.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Artenova, 1977.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. **EL ciclo de la ilusión y el desencanto:** un siglo de políticas económicas argentinas. 2.ed. Buenos Aires: Ariel Sociedad Económica, 2005.

GERCHUNOFF, P.; TORRE, J. C. La política de liberalización económica en la administración de Menem. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 36, n. 143, p. 733-768, oct./dic. 1996.

HALL, P. **The political power of economic ideas:** keynesianism across nations. Princeton, NJ: University Press, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Dirección de Estudios e Investigaciones. **Reseña del proceso de reforma del estado en la Argentina (1989- 1996)**. Buenos Aires, 1997. (Documento n. 58, serie 1).

LENZ, M. H. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

LORA, E. **Una década de reformas estructurales en América Latina: qué se ha transformado y cómo medirlo**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 151 1997. (Documento de trabajo 83).4 Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?document=788283>.

MADDISON, A. **The world economy: historical statistics**. Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD), 2003.

MENEM, C. S.; DROMI, J. R. **Reforma del estado**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997.

MENEM, C. S.; DUHALDE, E. **La revolución productiva: de la Argentina especuladora a la Argentina del trabajo**. Buenos Aires: Peña Lillo, 1989.

MENEM, E. (Org.) **Nueve años en el senado de la nación (1983-1992)**. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional de la Nación Argentina, 1992.

OSZLAK, O. **La reforma del estado en la Argentina**. Buenos Aires, 1990. (Documento CEDES/36).

PERÓN, J. D. Mensagem emitida em 4 fev. 1974. In: MENEM, C. S.; DROMI, J. R. **Reforma Del estado**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997. p. 36.

PLATAFORMA ELEITORAL, 1989. In: MENEM, E. (Org.). **Nueve años en el senado de la nación (1983-1992)**. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional de la Nación Argentina, 1992. p. 432.

SIDICARO, R. **Los tres peronismos: estado y poder económico 1945-55/1973-76/1989-99**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

THWAITES REY, M. **Ajuste estructural y privatizaciones en la Argentina de los 90:** (o cómo achicar el Estado no es agrandar la Nación). 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2001.

WILLIAMSON, J. **Did the Washington consensus fail?** Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, Nov. 2002. Outline of speech at the Center for Strategic & International Studies, Washitnogn. Disponível em: www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=488.

_____. **What Washington Means by Policy Reform.** Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, Nov. 2002. Disponível em: www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486.